

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 115.706 - DF (2019/0212051-6)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**

**RECORRENTE : RICARDO ROCHA FARIA**

**ADVOGADOS : ARTUR ALEXANDRE GADÊ NEGÓCIO OLIVEIRA -  
DF015016**

**PIERRE TRAMONTINI - DF016231**

**ASDRUBAL NASCIMENTO LIMA NETO E OUTRO(S) -  
DF031401**

**LUIS HENRIQUE CESAR PRATA - DF039956**

**MARIANA LOPES DE SOUZA - DF053729**

**BENEDITO DIAS DOS SANTOS - DF008343**

**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E  
TERRITÓRIOS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus** interposto por **RICARDO ROCHA FARIA** contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios** nos autos do Writ n. 0710907-60.2019.8.07.0000.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi denunciado pela prática do crime de denunciação caluniosa (art. 339 do Código Penal, fls. 25-27); sustenta o recorrente, na impetração originária, falta de justa causa para ação penal, bem como atipicidade da conduta. Aduz que não deu causa à instauração de qualquer procedimento, e que se limitou apenas a registrar ocorrência policial.

O d. Juízo da 5ª Vara Criminal de Brasília/DF recebeu a denúncia em 21/11/2018 (fl. 138). Apresentada a resposta à acusação, o d. Juízo de 1º grau não acolheu os pedidos de absolvição sumária e de rejeição da denúncia, conforme se observa das informações prestadas pela d. Magistrada singular, às fls. 222-223.

Irresignada, a defesa do recorrente impetrou o prévio **habeas corpus** perante o eg. Tribunal de origem objetivando o trancamento da ação penal, tendo a ordem sido **denegada** nos termos do v. acórdão de fls. 232-238,

# *Superior Tribunal de Justiça*

com a seguinte ementa:

**"HABEAS CORPUS PARA TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. CRIME DE DENÚNCIAÇÃO CALUNIOSA. ATIPICIDADE DA CONDUTA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. PRESENÇA DE JUSTA CAUSA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM DENEGADA.**

*1. O trancamento da ação penal pela via estreita do é medida excepcional, reclamando do habeas corpus impetrante a prova inequívoca da inocência do acusado, da atipicidade da conduta ou da extinção da punibilidade, o que não se percebe na hipótese.*

*2. Inexiste inépcia da denúncia quando preenchidos os requisitos legais do art. 41 do CPP.*

*3. Para o acolhimento da tese defensiva, em sede de , imperiosa seria a demonstração de habeas corpus plano da ausência de justa causa, o que não ocorre na espécie. 3.1. Na hipótese vertente, o paciente dirigiu-se à Delegacia de Polícia e efetuou o registro do boletim de ocorrência, imputando à vítima a prática do delito de lesões corporais sabendo que, na verdade, o ora paciente é quem se dirigiu à residência daquela e iniciou as agressões.*

*4. Ordem denegada."*

Daí o presente recurso ordinário, no qual o recorrente reitera os argumentos do **writ** impetrado na origem, alegando, em breve síntese, a ausência de justa causa para a persecução penal e a atipicidade da conduta.

Sustenta que não há elementos mínimos a embasar o recebimento da inicial acusatória e o prosseguimento da ação penal, sob o argumento de *"que o acusado, quando do registro da ocorrência, não assinou o respectivo termo de representação, tampouco o fez posteriormente, dentro do prazo decadencial de seis meses"* (fl. 250).

Pontua que *"a afirmação do Ministério Público no sentido de que o registro do boletim de ocorrência pelo Recorrente teria gerado a instauração do TC nº 113/2017 - CGP, se mostra equivocada, na medida em que não havendo representação de Ricardo Rocha, a apuração não poderia ter sido iniciada"* (fl. 251).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assevera que, *"se a Autoridade Policial deu início a investigação a partir do TC, tal ato foi motivado em razão da representação apresentada pelo Sr. Luis Gustavo e não do Sr. Ricardo", logo, "[...] não tendo representado, o Sr. Ricardo não deu causa a instauração de investigação"* (fl. 251).

Menciona que os *"fatos sobre os quais versa a ação penal verdadeiramente ocorreram e, uma vez figurando o Recorrente como envolvido, o mero registro de tais fatos com a sua versão em boletim de ocorrência se equipara a um verdadeiro ato de defesa. No caso em comento, há a versão de uma das partes envolvidas e da outra em situação onde ocorreram lesões recíprocas, comprovadas por meio de laudos juntados aos autos"* (fl. 252).

Argumenta, ademais, que as lesões corporais, de fato, ocorreram, as quais teriam sido atestadas por laudo médico, e foram provocadas em decorrência do *"entrevero e das agressões ocorridas entre Ricardo e Luiz Gustavo"* (fl. 252).

Registra que *"a única maneira de comprová-las seria por meio de laudo de exame de corpo de delito, encaminhamento este somente realizado através de procedimento na Delegacia e após o registro de ocorrência", e que não "existia outra forma do Recorrente comprovar o que alega, se não fosse por meio do registro da ocorrência, narrando o ocorrido e requerendo a realização de laudo pericial"* (fl. 252).

Aduz, também, que o *"[r]ecorrente, a todo momento, acreditou e acredita na versão dos fatos por ele apresentada, o que se mostra incompatível com o dolo do tipo penal em questão, que é a intenção puramente de iniciar um procedimento de investigação, através de uma notitia criminis de fato que não ocorreu e imputando a prática a terceiro que sabe ser inocente"* (fl. 253).

Diante dos argumentos expostos, pede a concessão definitiva da ordem a fim de que se determine o **trancamento da ação penal** em razão da ausência de justa causa.

# Superior Tribunal de Justiça

Não houve pedido liminar.

O Ministério Público Federal, às fls. 266-270, manifestou-se pelo não provimento do recurso ordinário, nos termos do parecer a seguir ementado:

*"PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIME DE DENUNCIÇÃO CALUNIOSA (ART.339, CPB). TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. MEDIDA EXCEPCIONALÍSSIMA. ATIPICIDADE DA CONDUTA. INOCORRÊNCIA. NARRATIVA QUE REVELA ADEQUAÇÃO TÍPICA E FACULTA O EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER ÓBICE PARA O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. QUESTÕES SUSCITADAS PARA EXCLUIR A RESPONSABILIDADE DO RECORRENTE RECEBERÃO A DEVIDA E PORMENORIZADA ANÁLISE DURANTE A INSTRUÇÃO CRIMINAL. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO."*

**É o relatório.**

**Decido.**

Preenchidos os pressupostos recursais, **conheço** do presente recurso ordinário.

Destaco, inicialmente, que o reconhecimento da ausência de justa causa para a ação penal constitui medida excepcional, justificada apenas quando comprovadas, **de plano**, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, a atipicidade da conduta, a presença de causa de extinção de punibilidade, ou a **ausência de indícios mínimos de autoria** ou de prova de materialidade.

A liquidez dos fatos, cumpre ressaltar, constitui requisito inafastável na apreciação da justa causa, pois o exame aprofundado de provas é inadmissível no espectro processual do **habeas corpus** ou de seu recurso ordinário, uma vez que seu manejo pressupõe ilegalidade ou abuso de poder tão flagrante a ponto de ser demonstrada de plano.

Neste sentido, trago à colação os seguintes precedentes desta Corte Superior:

# *Superior Tribunal de Justiça*

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A PERSECUÇÃO CRIMINAL. ENTORPECENTE DESTINADO AO CONSUMO PRÓPRIO. AUSÊNCIA DE DOLO DO ACUSADO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO PROBATÓRIO. VIA INADEQUADA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CONFIGURADA.**

**1. Em sede de habeas corpus e de recurso ordinário em habeas corpus somente deve ser obstada a ação penal se restar demonstrada, de forma indubitável, a ocorrência de circunstância extintiva da punibilidade, a manifesta ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito, e ainda, a atipicidade da conduta.**

**2. Estando a decisão impugnada em total consonância com o entendimento jurisprudencial firmado por este Sodalício, não há que se falar em trancamento da ação penal, pois, de uma superficial análise dos elementos probatórios contidos no reclamo, não se vislumbra estarem presentes quaisquer das hipóteses que autorizam a interrupção prematura da persecução criminal por esta via, já que seria necessário o profundo estudo das provas, as quais deverão ser oportunamente valoradas pelo juízo competente.**

**3. Recurso desprovido." (RHC n. 83.724/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 23/06/2017, grifei)**

**"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE DESEMBARGADOR. DESCABIMENTO. TRANCAMENTO DO PROCESSO-CRIME. EXCEPCIONALIDADE. JUSTA CAUSA PARA A PERSECUÇÃO PENAL. REVOLVIMENTO FÁTICO-COMPROBATÓRIO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

**1. A Quinta Turma desta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe recurso ordinário em habeas corpus contra decisão monocrática de Desembargador do Tribunal de origem, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada.**

**2. Hipótese em que o agravante requer a análise de questões não examinadas pela decisão monocrática impugnada.**

**3. Nos termos do entendimento consolidado desta Corte Superior, o trancamento da ação penal por meio do habeas corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade**

*ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito, o que não se infere na hipótese dos autos.*

4. Agravo regimental não provido." (AgRg no RHC n. 67.110/MT, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 23/06/2017, grifei)

*"HABEAS CORPUS. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. (I) PRISÃO PREVENTIVA. PRETENDIDA REVOGAÇÃO. SUPERVENIÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO POR CUSTÓDIA DOMICILIAR. PLEITO PREJUDICADO. (II) TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. FALTA DE JUSTA CAUSA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO OCORRÊNCIA.*

1. O pleito de substituição da segregação preventiva da paciente pela custódia domiciliar, com fulcro no art. 318, V, do Código de Processo Penal, foi supervenientemente deferido pelo Juízo a quo. Tal o contexto, nesse particular, perde o objeto o presente writ.

2. À exceção de quando se possam emergir dos atos, de forma inequívoca, a atipicidade da conduta, a inocência do acusado ou a extinção da punibilidade, esta Corte é firme na compreensão de não ser possível conhecer do pleito de trancamento da demanda, em âmbito de habeas corpus ou do recurso ordinário respectivo, porquanto ensejaria o reexame aprofundado de todo o conjunto fático-probatório produzido ao longo da marcha processual, providência incompatível com os estreitos limites do remédio constitucional, marcado pela celeridade e pela sumariedade na cognição.

3. Caso em que os elementos constantes dos autos demonstram a presença de suporte mínimo à acusação formulada. Além disso, a exordial acusatória indica a existência da prova dos delitos e os indícios suficientes de sua autoria, bem como discrimina a conduta, em tese, praticada pela paciente, preenchendo os requisitos exigidos pelo art. 41 do Código de Processo Penal e assegurando o devido contraditório e a ampla defesa da imputação.

4. Ordem conhecida em parte e, nessa extensão, denegada." (HC n. 394.537/RJ, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Antonio Saldanha Palheiro**, DJe de 09/06/2017, grifei)

*"PROCESSUAL PENAL. IMPORTAÇÃO E DEPÓSITO DE PRODUTOS (SUPLEMENTOS ALIMENTARES*

# *Superior Tribunal de Justiça*

**E/OU MEDICAMENTOS) PROIBIDOS. DENÚNCIA. DESCRIÇÃO FÁTICA SUFICIENTE E CLARA. DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS DE AUTORIA E DA MATERIALIDADE. INÉPCIA. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO PENAL. FALTA DE JUSTA CAUSA. AUSÊNCIA DE SUPORTE PROBATÓRIO MÍNIMO. TRANCAMENTO E PLEITO ALTERNATIVO DE DESCLASSIFICAÇÃO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA.**

1. Devidamente descritos os fatos delituosos (indícios de autoria e materialidade), não há falar em inépcia.

2. Plausibilidade da acusação, em face do liame entre a pretensa atuação dos recorrentes e os fatos. Em tal caso, está plenamente assegurado o amplo exercício do direito de defesa, em face do cumprimento dos requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal.

3. O habeas corpus não se apresenta como via adequada ao trancamento da ação penal, quando o pleito se baseia em falta justa causa (ausência de suporte probatório mínimo à acusação), não relevada, primo oculi. Intento que demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com a via restrita do writ.

4. O pleito alternativo de desclassificação, de igual modo, não tem espaço na impetração e na via recursal ordinária, porque também é intento que tem natureza probatória, a ser elucidado sob o crivo do contraditório. Em realidade apresenta-se como a própria oposição ao mérito da persecução penal que ainda deverá ser aferida no juízo de primeiro grau e não no presente meio processual.

5. Recurso ordinário não provido." (RHC n. 80.845/RJ, Sexta Turma, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 30/05/2017, grifei)

No mesmo sentido os seguintes julgados do col. Supremo Tribunal Federal:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. EXCEPCIONALIDADE. INOCORRÊNCIA. 1. Quando do recebimento da denúncia, não há exigência de cognição e avaliação exaustiva da prova ou apreciação exauriente dos argumentos das partes, bastando o exame da validade formal da peça e a verificação da presença de indícios suficientes de autoria e de materialidade. 2. O trancamento da ação penal na via do habeas corpus só se**

*mostra cabível em casos excepcionalíssimos de manifestas (i) atipicidade da conduta, (ii) presença de causa extintiva de punibilidade ou (iii) ausência de suporte probatório mínimo de autoria e materialidade delitivas, o que não ocorre no presente caso. 3. Agravo regimental conhecido e não provido." (HC n. 141918 AgR, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Rosa Weber**, DJe-133 de 19-06-2017, grifei).*

*"Ementa: Processual penal. Agravo regimental em Habeas corpus. Posse de munição. Alegação de atipicidade da conduta. Improcedência. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. 1. O trancamento da ação penal pela via processualmente restrita do habeas corpus só é possível quando estiverem comprovadas, de plano, a atipicidade da conduta, a extinção da punibilidade ou a evidente ausência de justa causa. **Precedentes**. 2. Não há possibilidade de concessão da ordem de ofício, tendo em vista que os autos não evidenciam teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder. 3. [...] 4. Agravo regimental a que se nega provimento." (HC n. 138157 AgR, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Roberto Barroso**, DJe-130 de 19-06-2017, grifei)*

*"RECURSO ORDINÁRIO EM "HABEAS CORPUS"  
– ALEGADA NULIDADE DO ATO DECISÓRIO QUE SUPOSTAMENTE TERIA DETERMINADO A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA COM APOIO EXCLUSIVO EM DELAÇÃO ANÔNIMA – INOCORRÊNCIA – EXISTÊNCIA DE FARTA DOCUMENTAÇÃO REVELADORA DE INDÍCIOS DA PRÁTICA DE CRIMES – INSTAURAÇÃO PRÉVIA DE INQUÉRITO POLICIAL PARA EFEITO DA VÁLIDA DECRETAÇÃO DE QUEBRA DE SIGILO TELEFÔNICO – DESNECESSIDADE – PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – PRETENDIDO TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL POR SUPOSTA AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – SITUAÇÃO DE ILIQUIDEZ QUANTO AOS FATOS SUBJACENTES AO PROCESSO PENAL – CONTROVÉRSIA QUE IMPLICA EXAME APROFUNDADO DE FATOS E CONFRONTO ANALÍTICO DE MATÉRIA PROBATÓRIA – INVIABILIDADE NA VIA SUMARÍSSIMA DO PROCESSO DE "HABEAS CORPUS" – PARECER DA DOUTA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA PELO NÃO PROVIMENTO DO AGRAVO – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO." (RHC nº 126420 AgR, **Segunda Turma**, Rel. Min. **Celso de Mello**, DJe-049 de 15-03-2017, grifei)*



# *Superior Tribunal de Justiça*

**In casu**, consta dos autos que o recorrente foi denunciado pela prática, em tese, do crime descrito no art. 339 do Código Penal, conforme trechos relevantes da inicial acusatória, a seguir transcritos, **verbis** (fls. 47-48):

*"No dia 19 de julho de 2017, por volta de 1h51, na a Delegacia de Polícia, localizada no Setor Policial Sul, Lote 02, em Brasília/DF, o denunciado, de forma livre e consciente, deu causa a instauração de investigação policial, contra Luiz Gustavo Mee do Nascimento, imputando-lhe crime de que o sabia inocente.*

*Consta dos autos que na data do fato, por volta de 00:00hs, o denunciado compareceu ao prédio da vítima Luiz Gustavo com o intuito de agredir uma pessoa chamada "Gustavo", que o denunciado pensava estar tendo um caso com sua companheira. Assim, imaginando que o suposto "Gustavo" morava no apartamento da vítima, o denunciado solicitou ao porteiro que interfonasse naquele imóvel e pedisse para o "Gustavo" descer, pois queria conversar com ele.*

*No momento em que a vítima desceu para se informar sobre o que se tratava, o denunciado disse àquela que estava ali para entregar-lhe a moça (companheira do denunciado) com quem a vítima mantinha relações. Logo em seguida, o denunciado avançou contra a vítima e passou a agredir-lhe fisicamente com vários socos, causando-lhe as lesões corporais descritas no laudo de exame de corpo de delito nº 28679/17 (fls. 34/35).*

*Após agredir a vítima, o denunciado ficou sabendo que ela não era a pessoa que estava procurando e que intencionava agredir, por entender que estava mantendo relacionamento com sua companheira, momento em que pediu desculpas às pessoas presentes no local, dizendo que havia se enganado.*

*Logo em seguida, no mesmo dia, visando esquivar-se de eventual responsabilização penal pela agressão injustificada praticada contra a vítima, o denunciado dirigiu-se à 1ª Delegacia de Polícia de Brasília e registrou o boletim de ocorrência nº 9.183/2017, apresentando versão diversa aos fatos, imputando a prática do crime de lesões corporais à vítima, sabendo-a inocente.*

*O registro do boletim de ocorrência pelo denunciado gerou a instauração do Termo Circunstanciado nº 113/2017-CGP (fls. 19/21 para a apuração dos fatos."*

Ao analisar o pedido de trancamento da ação penal em razão da alegada ausência de justa causa, o eg. Tribunal de origem consignou (fls. 235-238, grifei):

*"Como dito ao apreciar o pedido de liminar, ao contrário do que sustentam os impetrantes, do exame das peças colacionadas percebe-se manifesta justa causa para a deflagração da persecução penal.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

***Depreende-se que o ora paciente é agente da polícia civil do DF e, no dia 19.7.2017, teria se dirigido à residência de Luiz Gustavo para “tirar satisfações” acerca de possível relacionamento extraconjugal de sua companheira. Tal investida do paciente culminou com agressões físicas em desfavor de Luiz Gustavo, que sequer conhecia o paciente ou mesmo a companheira dele. Verificou-se, na sequência, que se tratava de grande equívoco cometido por parte do paciente, que ainda dirigiu-se à Delegacia de Polícia e efetuou o registro de ocorrência policial.***

*Além disso, consta ainda que ele foi submetido a exame de corpo de delito para atestar as lesões corporais por ele experimentadas.*

***Depois, apurou-se que em que pese o paciente tenha efetuado o registro da ocorrência policial, a vítima na verdade tratava-se de Luiz Gustavo, que, de acordo com o que consta, foi importunado em sua residência em horário inadequado, por pessoa que sequer o conhecia e que o agrediu por meio de socos.***

*Conquanto possível o trancamento da ação penal pela via estreita do habeas corpus, trata-se de medida excepcional, reclamando do impetrante a prova inequívoca da inocência do acusado, da atipicidade da conduta ou da extinção da punibilidade, o que não se percebe de plano.*

*Transcrevo, em razão da pertinência, trecho do il. Parecer:*

*(...) Conforme o tipo penal do art. 339, o delito se configura com o ato de, entre outros, dar causa à instauração de investigação policial, o que efetivamente ocorreu no caso em apuração, já que o paciente se dirigiu à delegacia de polícia e registrou a ocorrência policial nº 9.183/2017-1, ID: 9324215, a qual deu ensejo ao Termo circunstanciado nº 113/2017 – CGP.*

***Neste ponto a impetração alega que não houve representação por parte do paciente no boletim de ocorrência.***

*No entanto, se verifica do referido boletim que a ausência de representação se deu por conta de o paciente desconhecer maiores dados a respeito de Luiz Gustavo e não porque o paciente não desejava representar, evidenciando o elemento subjetivo do tipo.*

*O elemento subjetivo do tipo da denúncia caluniosa resta demonstrado não só pelo registro do boletim de ocorrência, mas pelo seu desdobramento: encaminhamento do paciente para perícia no IML, oitiva de testemunha e lavratura do termo circunstanciado.*

***De mais a mais a representação do paciente é exigida para fins de instauração de inquérito e/ou ação penal, mas não para as investigações policiais, objeto do presente fato e elemento típico do delito de denúncia caluniosa. (...). (Grifo nosso).***

*Não fosse suficiente, as teses defensivas concernentes às alegações de atipicidade da conduta e inépcia da inicial foram devidamente rejeitadas na origem, por meio de decisão proferida em 22.03.2019.*

*Confira-se:*

# *Superior Tribunal de Justiça*

(...) Em análise à resposta à acusação de RICARDO ROCHA FARIA (f. 98/116), inicialmente, quanto à tese de ausência de justa causa por ausência de materialidade delitiva, consubstanciada pela ausência de representação pelo crime do art. 129 do Código Penal (lesão corporal), cuja imputação qualifica a presente ação penal, por denúncia caluniosa acerca desse fato, temos que não merece acolhimento.

Como se viu, a peça acusatória narra que, após o réu ter agredido fisicamente a vítima LUIZ GUSTAVO, que supostamente estava mantendo relações extraconjugais com sua companheira, decidiu ele registrar ocorrência imputando a responsabilidade pelas lesões que supostamente teria sofrido à própria vítima (vide Termo Circunstanciado nº 113/2017-CGP, f. 26/28). Da simples leitura da ocorrência, verifica-se que o réu teve inequívoca intenção de oferecer representação, também supostamente inverídica segundo a peça acusatória.

Outrossim, a existência ou não de representação formal para a apuração das lesões corporais aventadas pelo réu não afasta a imputação do art. 339 do CP, visto que em sua primeira parte, no "caput", há previsão no sentido de que basta "Dar causa à instauração de investigação policial", o que efetivamente ocorreu, visto que a ocorrência acima mencionada ensejou a lavratura de termo circunstanciado, a oitiva de testemunhas e, ainda, a realização de laudo de exame de corpo de delito. (f. 16 e 26/36).

**Ademais, como é consabido na doutrina, e conforme bem asseverado pelo Ministério Público às f. 121/122, o direito de representação não precisa ser realizada formalmente, bastando que o representante faça consignar perante a autoridade competente a sua vontade de noticiar o suposto crime, ensejando o início das investigações.**

**Logo, há justa causa para a ação penal, que se encontra amparada por elementos suficientes de materialidade e indícios de autoria delitivas, a serem confirmados ou não na instrução.**

Assim sendo, REJEITO a preliminar de ausência de justa causa.

No mais, as demais questões ventiladas pela Defesa (como atipicidade da conduta por ausência de dolo) dependem de análise do mérito, que só poderá ser feita em momento processual oportuno, ou seja, após regular instrução criminal.

A Defesa não arguiu qualquer hipótese que justifique o julgamento antecipado mediante a absolvição sumária do denunciado (art. 397 do CPP).

Sendo assim, defiro a prova testemunhal requerida, e determino o regular prosseguimento do feito, com designação de audiência de instrução e julgamento, nos moldes do art. 400 do CPP. (...).

Forçoso reconhecer, portanto, que há sim justa causa para o prosseguimento do feito, pois não comprovadas quaisquer das hipóteses excepcionais que autorizariam o trancamento da ação penal nessa via estreita.

Com efeito, o exame das demais alegações e teses defensivas diz respeito ao mérito da ação penal e devem ser analisadas no momento

# *Superior Tribunal de Justiça*

*oportuno, após a dilação probatória.*

*Nesse ponto merecem destaque as informações prestadas pelo d. Juízo da origem que noticiou que foi realizado o interrogatório do acusado no dia 17.06.2019 e, na mesma data, foi proferida decisão de avocação do feito que tramita na 8ª Vara Criminal de Brasília, relativo às lesões corporais em tese praticadas pelo paciente, em razão da conexão probatória e considerando que o recebimento da denúncia naqueles autos é posterior.*

*Desse modo, o curso da ação penal deve prosseguir.*

*Ante o exposto, de admito a impetração e denego a ordem habeas corpus."*

Com efeito, segundo pacífica jurisprudência desta Corte Superior, a propositura da ação penal exige tão somente a presença de indícios mínimos e suficientes de autoria, prevalecendo, na fase de oferecimento da denúncia, o princípio **in dubio pro societate**.

Destaca-se ainda que o acolhimento das teses defensivas relativas a efetiva ocorrência de lesão ou se a intenção do agente, ora recorrente, foi o de imputar falso crime à terceiros, demandaria, necessariamente, amplo reexame da matéria fático-probatória, procedimento a toda evidência incompatível com a via do **habeas corpus** e do respectivo recurso ordinário.

Nesse sentido, os seguintes julgados deste Tribunal Superior:

**"PENAL — E PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA NÃO VERIFICADA. JUSTA CAUSA PARA PERSECUÇÃO PENAL. ÓBICE AO REVOLVIMENTO FÁTICO-COMPROBATÓRIO NA VIA ELEITA. RECURSO DESPROVIDO.**

**1. Para o oferecimento da denúncia, exige-se apenas a descrição da conduta delitiva e a existência de elementos probatórios mínimos que corroborem a acusação. Provas conclusivas acerca da materialidade e da autoria do crime são necessárias apenas para a formação de um eventual juízo condenatório. Embora não se admita a instauração de processos temerários e levianos ou despidos de qualquer sustentáculo probatório, nessa fase processual, deve ser privilegiado o princípio do *in dubio pro societate*.**

**2. Na hipótese, não há falar em inépcia da denúncia, porque a peça acusatória expôs os fatos delituosos em sua essência, de maneira a individualizar o quanto possível os**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*delitos imputados aos acusados, tendo procedido à devida tipificação das condutas, com vistas a viabilizar a persecução penal e o exercício da ampla defesa e do contraditório pelos réus.*

*3. Nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento da ação penal por meio do habeas corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito, o que não se infere na hipótese dos autos.*

*4. Se as instâncias ordinárias, com base nas provas colacionadas aos autos, concluíram pela tipicidade da conduta imputada ao réu, sem que tenha sido demonstrada a alegada ausência de justa causa para persecução penal, maiores incursões acerca do tema demandariam revolvimento fático-comprobatório, o que não se admite na via do writ.*

*5. Conforme reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e na esteira do posicionamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, consagrou-se o entendimento da inexigibilidade de fundamentação complexa no recebimento da denúncia, em virtude de sua natureza interlocutória, não se equiparando à decisão judicial a que se refere o art. 93, IX, da Constituição Federal.*

*6. Recurso desprovido" (RHC n. 65.200/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe de 27/03/2017, grifei).*

**"PROCESSUAL PENAL E PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DE PRISÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA DAS MEDIDAS CAUTELARES. ILEGALIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL RECONHECIDO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

*[...]*

*2. Conforme consignado pelo Tribunal a quo, a denúncia está lastreada em indícios mínimos de autoria e materialidade, corroborados pelo laudo cadavérico e principalmente pelas declarações de testemunha, as quais evidenciam indícios necessários à demonstração da possível autoria.*

*3. Infirmar a constatação das instâncias ordinárias para concluir pela ausência de indícios de autoria*

# *Superior Tribunal de Justiça*

***ou pela desqualificação do depoimento da referida testemunha demanda reexame fático-provatório vedado na via estreita do writ.***

**[...]" (RHC n. 78.294/ES, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe de 04/04/2017, grifei).**

Nada obstante, é preciso destacar que é iterativa a jurisprudência desta Corte no sentido de que o simples registro de ocorrência policial pela vítima, ou ainda, suas declarações por ocasião da lavratura do termo circunstanciado, são suficientes para deflagração da ação penal, porquanto demonstram seu intento em dar início ao procedimento criminal, seja o administrativo ou mesmo o judicial.

Nesse sentido os seguintes julgados desta Corte Superior:

***"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO ESTADUAL X JUÍZO FEDERAL. AMEAÇAS DE EX-NAMORADO A MULHER VIA FACEBOOK. MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. BOLETIM DE OCORRÊNCIA PERANTE AUTORIDADE POLICIAL BRASILEIRA. PEDIDO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA AO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO. REPRESENTAÇÃO DA OFENDIDA QUE DISPENSA FORMALIDADES. AMEAÇAS REALIZADAS EM SÍTIO VIRTUAL DE FÁCIL ACESSO. SUPOSTO AUTOR DAS AMEAÇAS RESIDENTE NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. CRIME À DISTÂNCIA. FACEBOOK. SÍTIO VIRTUAL DE FÁCIL ACESSO. INTERNACIONALIDADE CONFIGURADA. O BRASIL É SIGNATÁRIO DE CONVENÇÕES INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO À MULHER. A LEI MARIA DA PENHA DÁ CONCRETUDE ÀS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS FIRMADAS PELO BRASIL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.***

***1. Está caracterizada nos autos inequívoca intenção da vítima em fazer a notitia criminis do delito de ameaça, sendo certo que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ é firme no sentido de que a representação da ofendida, nas ações penais públicas condicionadas, prescindem de formalidade. Precedentes.***

***No caso concreto, o boletim de ocorrência, que instrui o presente incidente, demonstra de forma clara que a suposta vítima narrou as ameaças sofridas, relatou à autoridade policial que estava com medo, sendo evidente sua intenção de apuração dos fatos delituosos. A vítima também peticionou junto à Justiça Federal pleiteando os benefícios da***

# Superior Tribunal de Justiça

*justiça gratuita, bem como medidas protetivas, narrando, com clareza cristalina, que o suposto autor delituoso praticou ameaça descrita no art. 147 do Código Penal - CP. Diante disso, identifica-se que houve narrativa de fato típico, sendo evidente a intenção da vítima de dar conhecimento dos fatos às autoridades policiais e judiciárias, a fim de que fosse garantida a sua proteção. Trata-se, portanto, de pedido de medida protetiva de natureza penal.*

*[...]*

*5. Conflito conhecido, para declarar a competência do o Juízo Federal da 1ª Vara de São José dos Campos - SJ/SP, o suscitado." (CC 150.712/SP, **Terceira Seção**, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, DJe 19/10/2018, grifei)*

*"PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ESTUPRO E ROUBO. DECADÊNCIA. AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA À REPRESENTAÇÃO. SOLENIDADE DISPENSADA. DESCLASSIFICAÇÃO. IMPORTUNAÇÃO OFENSIVA AO PUDOR. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. DOSIMETRIA. MAUS ANTECEDENTES E REINCIDÊNCIA. CONDENAÇÕES DISTINTAS. BIS IN IDEM. NÃO OCORRÊNCIA. CAUSA DE AUMENTO. EMPREGO DE ARMA. APREENSÃO E PERÍCIA. DESNECESSIDADE. UTILIZAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE PROVA. COMPREENSÃO FIRMADA NA TERCEIRA SEÇÃO (ERESP Nº 961.863/RS). RESSALVA DO ENTENDIMENTO DA RELATORA. PROVA ORAL QUE DEMONSTRA A UTILIZAÇÃO DO INSTRUMENTO. ORDEM DENEGADA.*

*1. Pacífico é o entendimento deste Sodalício quanto a prescindibilidade de requisitos formais específicos para a representação nos crimes contra a liberdade sexual, tendo em vista a mens legis da norma, que visa a proteção da vítima em seu pudor. Na hipótese dos autos, ao contrário do que asseverado pela defesa, a vítima desde o início demonstrou a intenção de autorizar a persecução penal, registrando boletim de ocorrência na mesma noite em que ocorreu o fato, providência bastante para o exercício do direito de representação que a lei lhe confere.*

*[...]*

*5. Ordem denegada." (HC 429.840/SP, **Sexta Turma**, Rel. Ministra **Maria Thereza De Assis Moura**, DJe 27/03/2018, grifei)*

*"PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS.*

1. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DO RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. 2. CRIME DE AMEAÇA CONTRA POLICIAIS. AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA. REPRESENTAÇÃO QUE DISPENSA FORMALIDADES. 3. TERMO CIRCUNSTANCIADO COM RELATO POLICIAL. AUSÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO DA VÍTIMA NO TC E NA DENÚNCIA. NÃO SE IDENTIFICA A QUEM FOI DIRIGIDA A AMEAÇA NEM QUEM SE SENTIU AMEAÇADO. SITUAÇÃO QUE INVIABILIZA A EXISTÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO. 4. CRIME DE DESOBEDIÊNCIA. SEGUNDA ORDEM DE PARAR O VEÍCULO NÃO ATENDIDA. PRIMEIRA PARADA EM VIRTUDE DE AUSÊNCIA DE CINTO DE SEGURANÇA E UTILIZAÇÃO DE CELULAR. POLICIAIS QUE ATUAVAM COMO AGENTES DE TRÂNSITO. DESOBEDIÊNCIA PREVISTA NO ART. 195 DO CTB. NÃO CONFIGURAÇÃO DO CRIME DO ART. 330 DO CP. 5. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. O STF e o STJ, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

2. **Prevalece no STJ e no STF que a representação, nos crimes de ação penal pública condicionada, não exige maiores formalidades, sendo suficiente a demonstração inequívoca de que a vítima tem interesse na persecução penal. Dessa forma, não há necessidade de que exista nos autos peça processual com esse título, sendo suficiente que a vítima ou seu representante legal leve ao conhecimentos das autoridades o ocorrido.**

3. Os policiais que sofreram a suposta ameaça registraram termo circunstanciado, não apontando qual ou quais policiais foram ameaçados, não constando sequer a identificação destes, mas apenas o relato dos agentes. A suposta ameaça não foi dirigida a todos os policiais, pois o paciente afirma "ainda vou te achar sem farda".

Contudo, a vítima não é identificada. Nesse contexto, embora a representação no crime de ação penal pública condicionada não exija maiores formalidades, é imprescindível que se identifique a vítima, a pessoa que, na hipótese, se sentiu ameaçada, o que não consta do termo circunstanciado nem da denúncia, não se vislumbrando, assim, quem representou, motivo pelo qual não há se falar em representação.

[...].



# *Superior Tribunal de Justiça*

5. *Habeas corpus* não conhecido. Ordem concedida de ofício, para restabelecer a decisão de origem, que rejeitou a inicial acusatória." (HC 385.345/SC, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Reynaldo Soares Da Fonseca**, DJe 05/04/2017, grifei)

Ademais, há indícios de autoria e prova da materialidade delitiva, sem que se verifique qualquer nulidade ou ilicitude dos atos praticados, sem olvidar que eventuais irregularidades na fase inquisitorial não contaminam a ação penal. A propósito:

*"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. ROUBO MAJORADO. IMPEDIMENTO DE JUIZ E DE DESEMBARGADOR. REITERAÇÃO. MATÉRIA APRECIADA NOS AUTOS DO HC 353.440/MG. ILICITUDE DA PROVA. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELO TJMG. INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. E TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL POR AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. SENTENÇA CONDENATÓRIA SUPERVENIENTE. PREJUDICIALIDADE. ATUAÇÃO, NA FASE PRÉ-PROCESSUAL, DE ADVOGADAS SEM HABILITAÇÃO. IRREGULARIDADES NO INQUÉRITO POLICIAL. NÃO CONTAMINAÇÃO DA AÇÃO PENAL. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo de revisão criminal e de recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado a justificar a concessão da ordem, de ofício.

2. O alegado impedimento do juiz e do desembargador já foi apreciado por esta Corte Superior nos autos do HC 353.440/MG, de modo que, no ponto, evidencia-se a prejudicialidade da impetração.

3. A alegada ilicitude da prova (supostamente obtida mediante tortura) não foi objeto de julgamento pela Corte de origem, o que impede seu conhecimento por este Tribunal, sob pena de indevida supressão de instância.

4. "A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e desta Corte Superior de Justiça consolidou o entendimento de que não é cabível examinar justa causa para ação penal após a prolação de sentença condenatória, neste caso, inclusive confirmada em sede de apelação" (AgRg no HC 358.198/PE, Rel.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ministro **FELIX FISCHER**, QUINTA TURMA, DJe 13/6/2017).

5. Segundo entendimento pacífico desta Corte Superior, a vigência no campo das nulidades do princípio *pas de nullité sans grief* impõe a manutenção do ato impugnado que, embora praticado em desacordo com a formalidade legal, atinge a sua finalidade, restando à parte demonstrar a ocorrência de efetivo prejuízo, o que não ocorreu no caso.

6. **"Eventuais irregularidades ocorridas na fase investigatória, dada a natureza inquisitiva do inquérito policial, não contaminam a ação penal"** (HC 232.674/SP, Rel. Ministro **JORGE MUSSI**, QUINTA TURMA, DJe 10/4/2013).

7. **Habeas corpus não conhecido.**" (HC 217.406/MG, Quinta Turma, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, DJe 28/08/2017, grifei)

Logo, inviável a declaração de ausência de justa causa para a ação penal, que deve prosseguir.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso ordinário.

P. I.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator